

CAMPO-TERRITÓRIO: considerações teórico-metodológicas

FIELD – TERRITORY: considerations theoretical – methodological

Marcos Aurelio Saquet

Professor Adjunto no curso de Geografia da UNIOESTE, Campus de Francisco Beltrão
Professor credenciado no Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP, Campus de Presidente Prudente.

E-mail: saquetmarcos@hotmail.com

Resumo

A produção agropecuária familiar cumpre com um papel central na economia brasileira, gerando, sobretudo, alimentos a baixos preços. Os produtores familiares, donos dos meios de produção e normalmente com baixo nível tecnológico, trabalham duramente todos os dias, condicionados biológica e socialmente. São subordinados e explorados pelos agentes do capital, embora, muitas vezes, tenham uma lógica predominantemente de subsistência da família. É na circulação simples de mercadorias que são sujeitados e estabelecem distintas redes geográficas, interligando-se ao urbano e à cidade. Desta maneira, consideramos que a abordagem territorial constitui-se num *caminho* fundamental para a compreensão do movimento, de contradições e da heterogeneidade, e, pode subsidiar a elaboração de projetos de desenvolvimento com vistas a uma sociedade mais justa.

Palavras-chave: produção familiar; subordinação; campo; cidade; abordagem territorial.

Abstract

The family farming production accomplish an important role on the Brazilian economy, producing, above all, cheap food. The family producers, owners of production means and usually with low-level of technology. They work hard every day, conditioned biological and sociologically. They are subordinate and exploited by the capital agents, though many times they have a logic predominantly of subsistence family. It is at the simple circulation of commodities that they are subjected and establish different geographical nets, connecting to urban and to the city. However, we consider that the territorial approach constitute in a fundamental *way* to the understanding of the movement, the contradictions and heterogeneities, and, it can subsidize the preparation of projects of development aiming a more fair society.

Key-Words: Family production; subordination; field; city; territorial approach.

Introdução

Atualmente, experimentamos um momento, na geografia, em que é fundamental re-visitare, articular e elucidar elementos teórico-metodológicos, especialmente, em virtude da velocidade e da complexidade da dinâmica socioespacial. Isto não significa dizer que outrora não tenha sido importante fazer esta reflexão, mas que, agora, há uma conjugação específica de componentes estruturais e conjunturais que motivam a reelaboração de aspectos do pensamento e do conhecimento geográfico no intuito de se contemplar conceitos, procedimentos e aspectos do *real* no movimento de renovação do pensamento geográfico.

Pensando no estudo do espaço agrário, isto é, do movimento, das contradições e das diferencialidades deste espaço, é fundamental refletir sobre a circulação, a partir da teoria do valor de Marx e sobre duas questões que julgamos centrais: a) as relações urbano-rurais e, b) o conceito de território. São questões inerentes ao movimento do *real* e do pensamento. Isto nos remete a pensar sobre elementos da renovação da geografia, principalmente, no que se refere ao que estamos denominando de abordagem territorial, como *um dos caminhos* que permite uma compreensão coerente do rural e do urbano e de suas relações ou tramas territoriais.

Apreender o *campo* em-si-mesmo é compreendê-lo de maneira bastante limitada, por conta das múltiplas relações que se estabelecem na des-ordem socioespacial, rompendo com as barreiras espaciais. Por isto, enfatizamos uma reflexão que contemple aspectos do movimento que existe entre o *campo* e a *cidade*, entre o *urbano* e o *rural*. É aí que se encontra o concreto de um e de outro, isto é, em suas múltiplas relações interdependentes, que podem ser apreendidas pela lógica territorial. Em nosso entendimento, há o *campo/rural* e a *cidade/urbano* e a interação recíproca, através de diferentes redes de circulação e comunicação, entre ambos espaços, constituindo uma trama territorial. E esta trama está na base da complementaridade, ou seja, determina a existência e influência do urbano no rural e do rural no urbano (é importante que o pesquisador tenha clareza do que está entendendo por cada um destes conceitos: campo, espaço agrário ou rural, cidade e urbano).

Como, neste texto, focamos a produção familiar de alimentos e matérias-primas, destacamos as diferentes abordagens e os elementos constituintes da agricultura familiar

e a subordinação que ocorre nesta agricultura a partir da produção simples de mercadorias. De maneira a orientar o pensamento e a apreensão de componentes do *real*, também contemplamos, trazendo à luz do debate referências e informações inéditas no Brasil, diferentes abordagens do conceito de território, como uma maneira importante para a compreensão do trabalho familiar e de outras formas produtivas, seja no campo, seja na cidade, enfim, presentes e componentes *no* e *do* território.

E esta reflexão é fundamental, para além de debates e preocupações eminentemente políticas e ideológicas, para que possamos avançar na apreensão dos processos geográficos, ou melhor, de suas múltiplas formas, faces, conteúdos e contradições, subsidiando a elaboração de projetos de desenvolvimento para a construção de uma sociedade mais justa e de um arranjo territorial que contemple e condicione esta justiça social. Muito atual, assim, é a afirmação de Marx e Engels (1991), argumentando em favor da *transformação do mundo*, para além de sua *interpretação*.

É importante evidenciar que tratamos aqui, de uma abordagem geográfica da agricultura familiar, para além de sua dinâmica social. As atividades cotidianas, nesta e noutras produções, têm uma materialidade territorial (e/ou espacial), que precisa ser apreendida, abstraída, pois é condição para a re-produção social, de agricultores familiares ou não. Nesse sentido, a abordagem territorial, como denominamos, é uma forma de estudo e atuação através de ações junto a agricultores.

Entendemos o território, como descrevemos em Saquet (2004), como resultado do processo de territorialização. Ou seja, o homem, vivendo em sociedade, territorializa-se através de suas atividades cotidianas, seja no campo seja na cidade. Ele constitui um lugar de vida. Este processo é condicionado e gera as territorialidades, que são todas as relações diárias que efetivamos, (i) materiais, no trabalho, na família, na Igreja, nas lojas, nos bancos, na escola etc. Estas relações, as territorialidades, é que constituem o território de vida de cada pessoa ou grupo social num determinado espaço geográfico.

No entanto, há diferentes formas de compreensão do território. Estas podem ser conservadoras ou mais críticas, de acordo com o método filosófico e científico de cada pesquisador. Podem propor ou não encaminhamentos e ações através de projetos de desenvolvimento envolvendo diferentes sujeitos e instituições. Por isto, cabe ao pesquisador estar atento a estas diferentes abordagens porque implicam em distintas

posturas ideológicas e políticas e mesmo diante do objeto de estudo. Aí, é importante ter sutileza e responsabilidade para não forçar a teoria, gerando generalizações falsas que servem para mascarar a realidade concreta: é importante que a reflexão teórico-metodológica ocorra concomitantemente à empírica, num único movimento do pensamento de apreensão do *real*.

Elementos teóricos fundamentais para uma discussão do conceito de território e da constituição do território no *real*

Sucintamente, após ser apontado e trabalhado por Friedrich Ratzel, o conceito de território renasce de forma renovada [contemplando o movimento, contradições, relações de poder, identidades, redes de circulação e comunicação etc., diferentemente da abordagem, por exemplo, de Ratzel (1990 e 1990a), por mais importante que esta seja ao pensamento geográfico] na filosofia e em estudos de ciências sociais, a partir de obras como a de Dematteis (1963), Deleuze e Guattari (1972/76), Gottmann (1952, 1973), Raffestin e Guichonnet (1974), Vagaggini e Dematteis (1975), Bagnasco (1977), Raffestin (1993/1980), Sack (1986), entre outras. É a partir dos anos 1950-1960, e, principalmente, da década de 1970, que ocorre uma preocupação mais sistemática com os conceitos de território e territorialidade. Uma discussão que começa a re-aparecer na geografia e se fortalece, lentamente, também na sociologia.

Neste contexto, o conceito de território é tratado, ora pelo viés da filosofia, ora da geografia ou da sociologia. Ora, de forma articulada, considerando-se as diferentes dimensões sociais de sua constituição no *real*. Re-aparece em Deleuze e Guattari (1972/76) compreendido, sucintamente, como fluxos, conexões, articulações, codificação e decodificação, poder. Estes fazem uma reflexão profunda sobre a reprodução do capital, destacando o desejo como um processo inerente a esta lógica; em Gottmann (1952), com um caráter político-administrativo para além do Estado-Nação. Há, na abordagem de Gottmann aspectos *materiais* e ligados ao mundo das *idéias*; em Raffestin e Guichonnet (1974) ligado às suas preocupações e argumentações geopolíticas; em Vagaggini e Dematteis (1975), como um conceito que pode permitir, juntamente com um aporte metodológico apropriado, uma compreensão do movimento, das mudanças, e, em Bagnasco (1977), ligado à sua preocupação em explicar a

problemática territorial do desenvolvimento econômico italiano, entendendo o conceito de território, sumariamente, para além da área, com formas espaciais, conexões, articulações, fruto e condição da dinâmica socioespacial.

Gottmann (1973), ao tratar dos *significados do território*, afirma que estes *evoluíram* consideravelmente desde a antiguidade até o século XX. Esta *evolução* ocorreu em virtude de mudanças na natureza da soberania, especialmente, em razão do *progresso* tecnológico e do exercício da soberania a partir de representações eleitas. Ou seja, por conta de processos que extrapolam a instituição do Estado-Nação, em que há *pessoas* ou atividades no território. O território é organizado historicamente por *agentes humanos*, política e juridicamente, e, através de processos econômicos. Na concepção de Gottmann (1973), há relações sociais de domínio e controle e o território tem um caráter *concreto, material e político-ideológico*, é relacional.

Vagaggini e Dematteis (1975) apontam os caminhos teórico-metodológicos historicamente efetivados na geografia evidenciando a possibilidade de apreensão do movimento, no *real*, através do método dialético e do conceito de território. Raffestin (1980/1993), após fazer uma importante discussão sobre a geografia política e sobre o conceito de poder, reflete sobre os conceitos de território e territorialidade e seus componentes basilares no *real*.

E um autor que avança nos estudos territoriais é justamente este geógrafo suíço, Raffestin (1993/1980), entendendo, resumidamente, o território como um espaço modificado pelo trabalho e que revela relações de poder. Não há território sem relações de dominação e subordinação. Outra contribuição importante deste autor é o conceito de *sistema territorial*, como fruto do resultado de relações de poder do Estado, de empresas e outras organizações e de indivíduos, isto é, de relações diárias, ligadas às dinâmicas política, econômica e cultural, que constituem *malhas* (conjunto de pontos e ligações/conexões entre diferentes agentes sociais), *nós* (pontos de encontro de relações sociais) e *redes* (ligações entre dois ou mais agentes sociais).

Há indícios para uma articulação não trabalhada coerentemente em sua obra (apesar de ter uma postura múltipla frente ao território e à territorialidade), entre as dimensões sociais do território, simultaneamente. Uma contribuição importante de Raffestin (1993/1980) para nossa reflexão e pouco trabalhada na geografia (humana) brasileira atual tem relação à consideração da natureza (recursos naturais) como

elemento presente no território. Este autor sinaliza para esta questão, enfatizando o uso e a transformação dos recursos naturais como instrumentos de poder.

Outro estudo importante é o de Sack (1986), pois compreende o território, principalmente, sob o aspecto político, como uma área com fronteiras e com influência de uma ou mais pessoas sobre outras. A territorialidade é uma estratégia de dominação através de alguma *autoridade* que controla atividades, recursos e indivíduos. Evidentemente, este tipo de abordagem auxilia-nos a compreender as forças dominadoras na dinâmica política. Forças que determinam o que podemos fazer, como fazer, etc., condicionando nossa vida cotidiana.

Sack (1986) entende a territorialidade, desta forma, como a *tentativa* de um indivíduo ou grupo social de influenciar, controlar pessoas, recursos, fenômenos e relações, delimitando e efetivando o controle sobre uma área. A territorialidade, como afirma Sack (1986), é uma *expressão geográfica* do exercício do poder em uma certa área. Esta área é o território. Para este autor, porém, nem toda área é território. Este deriva de estratégias de domínio e controle, numa área delimitada, especialmente, pela atuação do Estado que condiciona *comportamentos* através da comunicação e de relações de poder.

No Brasil, Haesbaert (1997 e 2004), ao refletir sobre a migração sulista para a Bahia e *o mito da desterritorialização*, aborda diferentes interpretações do conceito de território, dividindo-as em *perspectivas materialistas, idealistas e uma integradora*; evidencia estudos de Deleuze e Guattari, a relação espaço-tempo, a desterritorialização e propugna em favor da multiterritorialidade, como fruto do movimento no território.

Também, é importante mencionar dois estudos de Saquet (2003 e 2004), em que abordamos a formação do território como fruto de relações econômicas, políticas e culturais efetivadas por um grupo social. Cotidianamente, todos nós estabelecemos inúmeras relações, ligações/conexões, que formam o que chamamos de redes geográficas. Estas redes podem ser tanto econômicas (como as feitas pela Sadia ou pela Souza Cruz, por exemplo), como políticas (como as que existem entre diferentes partidos e/ou grupos políticos) e culturais (como as que estão presentes nas diferentes Igrejas).

O processo de territorialização é um movimento historicamente determinado pela expansão do capitalismo e seus aspectos culturais, envolvendo diferentes lugares,

setores e pessoas. Um território é apropriado e ordenado por relações econômicas, políticas e culturais, sendo que estas relações são internas e externas a cada lugar; é fruto das relações (territorialidades) que existem na sociedade em que vivemos e entre esta e nossa natureza exterior. E estas relações são relações de poder, de dominação e estão presentes num jogo contínuo de submissão, de controle de recursos e de pessoas, no espaço rural, no urbano e em suas articulações.

A produção agropecuária familiar no *campo* e no espaço agrário

Sobre o campesinato, Bottomore (1988, p. 42) assevera:

À proporção que as relações sociais de produção pré-capitalistas se foram desintegrando, os servos que continuaram na terra transformaram-se em um campesinato cujo acesso a terra passou a se fazer igualmente por meios extra-econômicos, através de uma relação de dependência com um grande proprietário de terras

Camponês é o habitante e produtor no *campo* (*campagna*, em italiano; *cittadino*, cidadão, habitante da *città*, cidade). Em países onde ocorreu a mudança entre o feudalismo e o capitalismo, *campesinos* eram aqueles com-terra ou sem-terra que exerciam atividades produtivas, artesanais e agrícolas, no *campo*.

Trabalhar com o conceito de *campo*, implica em algumas questões. Destacamos duas: a) dependendo da abordagem que se faz, no trato da relação *cidade-campo*, tendencia-se para a dicotomização urbano-rural, já que a cidade e o campo são feitos de edificações/obras, enquanto que o urbano e o rural são efetivados por relações sociais. É claro que não há obras sem relações e nem relações sem obras, o que faz com que o campo também possa ser entendido como relações, porém, pode facilitar o que chamamos de engavetamento de processos territoriais. A opção por estes ou aqueles conceitos, como orientação teórico-conceitual, pode direcionar uma pesquisa científica. Evidentemente, o empírico, o vivido, enfim, o *real* (não-sinônimos), é que devem gerar e subsidiar as conceituações, como já mencionamos; b) o *campo* nos remete, necessariamente, a existência de camponeses, seus habitantes e produtores agropecuários. Ocorre que, no Brasil, o espaço rural ou campo foi, historicamente, apropriado e construído, com características específicas, diferentes de processos como o russo, o alemão e o italiano. O

produtor familiar, agropecuário, de subsistência e mercantil, foi gerado e re-produzido no *interior* do próprio Modo Capitalista de Produção. Tem sua gênese e metamorfoses intimamente ligadas aos agentes do capital. A diferenciação entre os processos de formação do *campo* ou do *rural* ou do *agrário* é histórica e geográfica e não meramente conceitual: é uma questão de método sobre a qual o pesquisador precisa ter clareza.

Um aspecto importante nesta discussão, é a não definição do *rural* ou do *campo* somente pela agricultura e do urbano somente pela indústria e pela população. Ambos relacionam-se reciprocamente e contém uma miríade de aspectos específicos inerentes a formas de vida distintas. Há complexidade e heterogeneidade nos espaços rural e urbano. Estas são territoriais, com temporalidades e territorialidades. O que varia, são os arranjos, as intensidades, as formas e os conteúdos, as velocidades. Um só pode ser compreendido em suas relações com o outro, pois um está no outro, só vem a ser pelo outro. O fundamental é mostrar e explicar as relações territoriais sem eliminar as peculiaridades de cada espaço.

Com a definição e a expansão do Modo Capitalista de Produção, esta produção agropecuária familiar tem suas formas e seus conteúdos modificados, integrando-se e sendo integrada cada vez mais ao processo geral de re-produção ampliada do capital, através da circulação simples de mercadorias. Desta forma, como o Estado moderno é dominado pelos agentes do capital, o próprio Estado encarrega-se de regular a re-produção desta forma de produção, através da definição de políticas específicas, como a de preços mínimos. E isto também é central, pois o trabalho familiar também gera *mais trabalho*, ou seja, trabalho não pago incorporado aos excedentes comercializados nas *coisas*-mercadorias ou nos produtos gerados exclusivamente para o mercado, como a soja. A produção é fundamental, ao mesmo tempo, na dinâmica de mercado interno, gerando alimentos e matérias-primas a baixos preços.

Uma unidade de produção e de vida familiar, como afirmamos em Saquet (2003), é agrícola e/ou artesanal, agrária, porque as práticas agrícola e artesanal se complementam e interagem-se com outras atividades não-agrícolas. Os trabalhadores são proprietários das terras, sejam rurais e/ou urbanas, dos demais meios de produção, com baixo nível técnico e tecnológico, sem produção intensiva para o mercado e sem contratação do trabalho assalariado genuinamente capitalista; no geral, vendem para comprar o que não produzem, em forma de excedentes/mercadorias. Na divisão social e

territorial do trabalho, cada vez mais complexa, ocorre o desenvolvimento desigual do capitalismo (e vice-versa), que não se circunscreve apenas às atividades capitalistas clássicas, mas produz e envolve, simultaneamente, relações e produções não especificamente capitalistas, com lógica e trabalho basicamente familiar.

No que se refere especificamente à produção agropecuária familiar, há diferentes abordagens, como mostrou, sucintamente, Oliveira (1991). Este autor, ao discutir vertentes teóricas através das quais estuda-se a questão agrária no Brasil, aponta três grupos de pesquisadores: a) aqueles que entendem o desenvolvimento do MCP através da *generalização* das relações de produção tipicamente capitalistas no espaço agrário, através da modernização de *latifúndios* ou da *destruição do campesinato*. Este, por esta via de compreensão, está em processo de *extinção*, assalariando-se ou tornando-se um *camponês abastado*; b) aqueles que acreditam na *penetração* do capitalismo no *campo*, dissolvendo as relações comunitárias e tornando-as mercantis, e, tornando o *camponês* um proletário; c) os que compreendem as relações de produção não tipicamente capitalistas, no espaço rural, como produto das contradições do próprio MCP.

Por esta via, paradoxalmente, como afirmam Martins (1990) e o próprio Oliveira (1991), a apropriação *camponesa* da terra, no Brasil, foi instaurada pelo próprio Modo Capitalista de Produção, especialmente, no século XIX. Dito de outra forma, como defendemos em Saquet (2003), ocorreu, no século XIX, em alguns lugares do Brasil, uma re-produção da produção familiar (agrícola e artesanal). Este processo foi inerente ao movimento de expansão do MCP no nível internacional, que promoveu a mobilidade de força de trabalho, ou seja, um processo de des-re-territorialização, provocado por forças sociais econômicas, políticas e culturais, para além da argumentação de Martins (1990a).

Um trabalho de leitura indispensável, também, sobre as diferentes abordagens da agricultura familiar, é Abramovay (1992). Para este autor, Lênin (1982) - base marxista -, em seu estudo clássico sobre *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, enfatiza o processo de *diferenciação social* do campesinato. Diferenciação que ocorreria no interior da expansão capitalista na Rússia, através da produção mercantil e que levaria à extinção camponesa. Kautsky (1986) - base marxista -, por sua vez, ao procurar mostrar a superioridade da grande produção capitalista em relação à familiar, destaca as relações efetivadas entre agentes industriais e agricultores, e, por isso, a tendência, como afirma Abramovay (1992), do grande produtor se integrar à indústria e da extinção do *camponês*.

O MCP tende a suprimir o campesinato e a substituí-lo pela produção empresarial. Contrapondo-se a estas abordagens, Chayanov (1974), conforme Abramovay (1992), tenta mostrar a *identidade* da produção *camponesa* entendida não como uma forma de produção em extinção, mas uma forma em processo de reprodução. Esta reprodução está centrada, para Chayanov (1974), na relação entre o trabalho e o consumo familiar. Assim, em primeiro lugar, o trabalho camponês busca satisfazer as necessidades familiares.

Nesse sentido, julgamos relevante destacar duas questões: 1º) sobre a argumentação chayanoviana, pela sua coerência e importância nos estudos referentes à produção familiar e, 2º) sobre a abordagem com base leninista, que remete à extinção do *camponês*.

Sobre a primeira questão, cabe destacar que, como chamamos a atenção em Saquet (1997), para Chayanov (1974), o trabalho *camponês* busca sua própria sobrevivência (sua família). Há uma lógica *interna* centrada na reprodução familiar. O objetivo da *unidade econômica campesina*, portanto, não é o lucro, mas o suprimento das necessidades familiares, embora esteja vinculada ao mercado.

O cerne da teoria chayanoviana [...] é a relação entre o consumo familiar e a exploração da força de trabalho, também familiar. [...] O estudo do trabalho da família e dos elementos que a compõem são fundamentais para a compreensão da produção camponesa. Ele aborda unidades econômicas campesinas que não contratam força de trabalho exterior [...] e que são proprietários da terra e dos demais meios de produção (SAQUET, 1997, p. 91).

Reverendo uma das obras de Chayanov, de 1974, notamos que sua compreensão da *unidade econômica campesina* está pautada em sua lógica organizacional e, por isto, diferencia-se das abordagens das empresas e empresários rurais, pois a família produz proeminentemente para sua subsistência, recebendo uma *simples remuneração por seu trabalho* no final de um *ano* agrícola. Isto significa que o trabalho familiar e sua remuneração são chaves, para Chayanov (1974), no entendimento da *unidade econômica campesina*.

Ao mesmo tempo, chama a atenção para as articulações que se estabelecem a partir destas unidades produtivas familiares na dinâmica de mercado, definindo *fenômenos sociais* como os preços e a renda da terra.

[...] A unidade econômica campesina em quase todas as partes está ligada ao mercado capitalista de mercadorias: em muitos países sofre a influência do capital financeiro [...] e coexiste com a indústria organizada ao modo capitalista

e, em alguns lugares, também com a agricultura capitalista (CHAYANOV, 1974, p. 42).

Isto, no início do século XX, em continuidade ao processo de metamorfoses que ocorriam, principalmente na Europa do século XIX, mas também na América, onde a expansão do capitalismo no espaço agrário assume novas *formas e conteúdos* e mais velocidade a partir do século XX, estabelecendo tramas territoriais cada vez mais complexas.

Sobre a segunda questão, mencionamos Abramovay (1981), pois apresenta, claramente, uma argumentação com base leninista. Ao referir-se ao sudoeste paranaense, no período anterior à modernização agrícola (1950 e 1970), afirma que havia *um mundo rural homogêneo* quanto às técnicas produtivas, produção e à exploração do trabalho camponês. Faz uma abordagem superficial (os dados que mostra são insuficientes para uma apreciação coerente do *real*), talvez, condicionado por seu referencial teórico, em que, há uma preocupação central em evidenciar a *diferenciação social* que ocorreu no sudoeste do Paraná, principalmente, a partir de 1970. Sua base teórica é, neste texto, nitidamente marxista-leninista, embora não aprofunde a reflexão sobre a produção intelectual de Lênin, e, deixe transparecer ratificações com relação à abordagem de Chayanov (1974).

Para Abramovay (1981), por exemplo, a exploração que vive o *pequeno agricultor* após 1970, coloca em *causa* sua *independência* e sua *sobrevivência social*. O *mundo homogêneo camponês*, no dizer do autor, decompõe-se, a partir de mudanças na base técnica da agricultura ocorridas a partir do final dos anos 1960. Ainda, Abramovay (1981) afirma que a *lei* tratada por Lenin sobre a *extinção da pequena pela grande produção* pode ser observada em estabelecimentos *camponeses* que não têm condições para aumentar a produtividade. Estes, conforme Abramovay (1981), cedo ou tarde, entram num processo de *extinção social*.

Nesse sentido, é com base em mudanças econômicas que se processam em unidades produtivas no sudoeste paranaense na década de 1970, que Abramovay (1981) classifica os *estabelecimentos camponeses* em *campesinato abastado*, *burguesia camponesa*, *pequena burguesia agrária não trabalhadora* (comerciantes) e os *camponeses* (*pequenos e mini produtores*). É no bojo do processo de mecanização agrícola que ocorre esta *diferenciação social*, no dizer do autor. Para ele, este processo separa o campesinato em *duas camadas distintas, uma pobre e outra abastada, ambas camponesas*. Mesmo quando aborda,

coerentemente, a subordinação, no mercado, aos agentes dos capitais financeiro, comercial e industrial, não mostra detalhes deste movimento, como a centralidade da relação custo-ganho por unidade produtiva familiar, o que identificamos e fizemos, por exemplo, em Saquet (2002).

Lenin (1982) mostra claramente as interações que acontecem em meio ao movimento de formação do *mercado interno* na Rússia, a partir do *progressivo desenvolvimento da divisão social do trabalho* e da *decomposição/desintegração do campesinato*. Há um processo de expansão do capitalismo através, sucintamente, da circulação, como um dos momentos fundamentais da re-produção ampliada do capital. Esta é a questão que mais interessa da obra de Lênin (1982) para nossa reflexão neste momento, pois a circulação está na base das tramas territoriais.

Em nosso entendimento, os produtores agropecuários familiares que se mecanizam, produzindo para o mercado (soja, milho...), vivem permanências e mudanças em suas unidades produtivas e de vida, em que a lógica familiar sofre metamorfoses no interior do MCP que as engendrou. Há, aí, continuidades e discontinuidades (i) materiais. Há uma complexidade cada vez maior, inerente aos processos sociais, em que, a subsistência familiar exige, cada vez mais, a TV, o freezer, o carro etc.. Para comprar estas mercadorias, os agricultores familiares precisam de dinheiro, que obterão, produzindo e vendendo mercadorias na ciranda mercantil.

Neste movimento, a expansão do Modo Capitalista de Produção acontece territorialmente e através de suas características sociais fundamentais, que são as relações e forças produtivas em atividades tipicamente capitalistas (atividades produtivas com trabalho assalariado, investimentos consideráveis em instrumentos e máquinas, e, com produção intensiva de mercadorias) e não especificamente capitalistas (atividades com trabalho familiar, baixos investimentos na produção e com pouca produção de mercadorias). Centrado nesta conjugação, o Modo Capitalista de Produção reproduz-se cada vez mais forte, clara e disfarçadamente.

A territorialização do capital no espaço agrário brasileiro, articulado ao Estado e envolvendo aspectos culturais, acontece tanto claramente como disfarçadamente. Claramente, ocorre através de atividades tipicamente capitalistas, com trabalho assalariado e em grandes e médias propriedades; propriedade privada empresarial; mecanização da agricultura (desigual entre as unidades produtivas, estados, regiões e

países, promovendo a circulação de mercadorias consumidas pelos produtores agropecuários e produzidas por estes para venda); através de idéias ligadas à acumulação de capital (educação, partidos políticos...); financiamentos agrícolas; concentração de terra não usada para fins produtivos: especulação imobiliária ou para produção de mercadorias ao mercado externo (soja, carne, café...); redes de circulação e comunicação, etc.

Dito de outra forma, através de elementos da economia, da política e da cultura, que se territorializam de diferentes formas e intensidades; disfarçadamente, a territorialização ocorre através de atividades familiares, com trabalho familiar (proprietário, parceiro, rendeiro ou posseiro) em pequenas propriedades onde se produzem excedentes/mercadorias e se consomem produtos industrializados; através da propriedade privada familiar da terra; da proletarização de filhos de agricultores familiares, impossibilitando a reprodução de jovens no espaço agrário através da migração destes para cidades; através de idéias ligadas à *ideologia do trabalho* e valores como a obediência, a rotina... (educação, igreja...); produção de alimentos e matérias-primas industriais (áreas cultivadas) e consumo de produtos industrializados; através de financiamentos; integração (cooperativas, agroindústrias: Sadia, Perdigão..., comerciantes intermediários...); redes de circulação e comunicação, etc. Ou seja, através de elementos da economia, da política e da própria cultura, que também se materializam territorialmente, mesmo em atividades produtivas sem alto índice de mecanização e produção de mercadorias, sem o trabalho assalariado caracteristicamente.

De maneira sutil ou mais intensa, o capital expande-se, re-produz-se, concentrando-se nas mãos (e nas contas bancárias...aplicações...investimentos...) de uma minoria que conseguiu, e consegue, as condições necessárias para tal. Nem todos conseguem acumular capital na mesma quantidade. Muitos nem conseguem acumular capital! Por isso, muitas famílias não têm casa, carro, um terreno urbano ou rural, máquinas para trabalhar na lavoura; muitas não têm assistência médica e odontológica.

Nesse sentido, há uma característica que é de fundamental importância, pois marca profundamente a vida cotidiana de muitas famílias agricultoras, provocando a pobreza de muitos e a riqueza de poucos, que é a subordinação e a exploração que também acontecem clara e disfarçadamente. A primeira, ocorre em atividades

produtivas agropecuárias ou industriais que têm trabalho assalariado e a segunda, nas que têm trabalho familiar, como demonstramos em Saquet (2002).

Na agricultura familiar, que ora mais interessa, há um processo de subordinação e exploração disfarçado, pois os *patrões* dos agricultores se escondem por trás de comerciantes intermediários, no mercado. A transferência de riqueza ocorre devido ao mecanismo de preços diferenciados praticado no mercado. O que o agricultor vende tem baixo preço e o que compra, custa caro, como afirmam muitos. Através dos preços diferenciados praticados, por exemplo, na relação cooperativa de produção-produtor agrícola e cooperativa-empresas industriais, é que se efetiva a drenagem de trabalho agrícola excedente aos empresários, pois os produtos agrícolas geralmente têm preços inferiores aos preços dos produtos industrializados como os insumos, implementos agrícolas, entre outros.

Deste modo, os agentes do capital envolvem e subordinam agricultores familiares. Sucintamente, antes da chamada modernização agrícola, o processo de sujeição e exploração ocorria mediado pelos comerciantes/negociantes. A partir de 1960 e, principalmente, de 1970, foi e permanece mediado por cooperativas empresarialmente desenvolvidas e por grandes empresas integradoras, em que, há uma vinculação contratual de compra e venda.

Esta observação é fundamental, pois deve ser levada em consideração para se estudar e atuar no espaço agrário quando se quer construir alternativas de vida que melhorem as condições de trabalhadores diretos. Isto porque se efetivam territórios e territorialidades de dominação e subordinação que sufocam, muitas vezes, os gritos e os sonhos de muita gente. Para que o desenvolvimento aconteça, precisamos, pelo menos, construir formas de trabalho e de vida que amenizem a subordinação e exploração que estão presentes na vida cotidiana de agricultores e demais moradores do espaço agrário.

Enfim, há um conjunto muito grande de relações que efetivamos todos os dias, comuns a diferentes lugares, tanto no âmbito da economia (*produção-circulação-troca-consumo*), como da cultura e da política. É o que chamamos de *traços comuns* que existem entre diferentes lugares, setores, pessoas. Estes traços contribuem de forma decisiva na re-produção do capital: comercial, financeiro e industrial e da dominação social e, ao mesmo tempo, na re-produção biológica e social do homem. Estes traços e relações constituem as territorialidades e os territórios, entendidos como chão/terra,

formas espaciais e relações sociais em íntima relação com a natureza exterior ao homem.

Sucintamente, em nossa vida diária há, ao mesmo tempo: nascimento e morte; o *bem* e o *mal*; uns ganham e outros perdem; tristeza e felicidade; riqueza e pobreza; capital e trabalho; dominação e subordinação; consumo e não-consumo; desejo e não-desejo; enraizamento e mobilidade; inclusão e exclusão e outras tantas conjugações. Para identificá-las, basta olhar e refletir, cotidianamente!

Simultaneamente, também existem, diariamente, elementos que são *singulares* a cada lugar, setor, pessoa e família, unidade produtiva e de vida. Estes elementos também caracterizam a territorialidade cotidiana e a re-produção do capital e do próprio homem como ser biológico e social. Na agricultura familiar, conforme Oliveira (1991), há alguns aspectos que são específicos: a) relações de trabalho familiar; b) trabalho acessório (o agricultor pode buscar trabalho em outras propriedades, vizinhas ou não); c) contratação de trabalhadores temporários nas fases de colheita e plantio; d) educação/formação, ou seja, transmissão do conhecimento de pai para filho, que poderá dar continuidade à prática agropecuária da família.

A produção agropecuária familiar, em geral, não é uma atividade especificamente capitalista, pois não há, ali, uma produção eminentemente para o mercado, trabalho assalariado e uso intenso de máquinas. Quando estes elementos são conquistados, o que pode ocorrer é a configuração de formas produtivas capitalistas embrionárias. Pode acontecer o *salto* para uma produção com capital constante, variável e de mercadorias, ou seja, para uma empresa. Há, neste último caso, uma transição entre diferentes formas e conteúdos da produção agropecuária.

Na produção familiar, como o próprio Marx verificara em *artesãos urbanos*, o objetivo principal desta atividade era a subsistência como artesão e não o enriquecimento. A subsistência familiar parece-nos a lógica predominante, ainda. Chayanov (1974) ratifica nosso pensamento ao afirmar que o objetivo principal da *unidade econômica campesina* não é o lucro. Há, atualmente, *novas* formas de produção familiar, com geração de produtos com exclusivo valor de troca, por exemplo. *Novas* formas mais complexas, com produtos de subsistência e para o mercado; há uma heterogeneidade mais clara, mais visível e presente. Há temporalidades e múltiplas territorialidades.

A vida cotidiana, nas unidades produtivas familiares é formada por elementos da economia, da política e da cultura, por elementos específicos e gerais, por componentes ditos naturais, que caracterizam cada propriedade, cada produção, cada família e, por isso, permitem compreendê-las e construir, com elas, projetos alternativos de desenvolvimento. Compreender cada unidade produtiva e de vida familiar é uma tarefa nada fácil; é um desafio para aqueles que desejam atuar, contribuir, na conquista de melhorias na qualidade de vida de agricultores. Não é possível contribuir sem entender a dinâmica territorial que subordina e explora agricultores, sujeitos históricos que pensam, têm desejos, necessidades, trabalham duramente todos os dias.

Da territorialização e do território na dinâmica do *campo* e do espaço agrário à abordagem territorial

Inicialmente, é importante afirmar que há necessidade de se ratificar e fortalecer o estudo do empírico, do vivido e do *real* (que podem ser compreendidos diferentemente) para se conhecer melhor as diferencialidades e o heterogêneo não revelados suficientemente por esquemas teórico-metodológicos. Isto é fundamental, para além de estrelismos e/ou conflitos político-partidários.

Retomar e re-visitar obras clássicas de Lênin (1982), Kautsky (1986) e Chayanov (1974) é indispensável, assim como obras de Valverde (1948), Waibel (1955, 1988), Roche (1969) e Monbeig (1998/1952), cada qual com sua abordagem, pois auxiliam na discussão sobre o(s) método(s) e na compreensão de aspectos da processualidade, ou seja, de mudanças e permanências no espaço agrário. Valverde (1948), por exemplo, inspirado em Léo Waibel, faz seu estudo baseado na *observação direta da paisagem*, usando conceitos como região, zona e área, descrevendo detalhadamente o recorte espacial previamente definido; Monbeig (1998/1952), ao adotar o conceito de *franja pioneira*, em consonância com Isaiah Bowman, justifica com base em sua preocupação com as *irregularidades e direções confusas* do processo de colonização, ou seja, com diferencialidades do processo de povoamento. Em sua concepção, centrada nos conceitos de região e paisagem, há elementos naturais e sociais condicionando a *marcha pioneira* em São Paulo.

São estudos que remetem a uma reflexão, sem dúvidas, sobre os diferentes métodos e processualidades do *real*, isto é, sobre a imbricação tão necessária entre elementos teórico-metodológicos e o mundo da vida que experimentamos todos os dias. Assim parece fundamental pensar e compreender as dinâmicas do espaço agrário, intimamente ligadas ao espaço urbano, com ênfase à produção familiar ou não, *com* a abordagem territorial, ou seja, *a partir e com*, trabalhado-se simultaneamente as pesquisas teórico-metodológicas e empíricas, como já mencionamos em Saquet (2003, p. 17): “Descrever já é começar a apreender as contradições porque a *aparência* não está separada da *essência*. Uma está na outra. É preciso descrever refletindo e refletir descrevendo. É necessário mostrar as bases empíricas e teóricas de cada argumentação”

Nesse sentido a abordagem territorial contempla esta preocupação, como outros *caminhos* teórico-metodológicos. Porém, parece-nos que orienta e facilita o entendimento do movimento, das contradições, ou, do que estamos denominando de tempos e territórios, contemplando desigualdades e diferenças. Para além do *território evaporado* propugnado por Coppola (2003), é necessário se contemplar, ao mesmo tempo, no estudo do campo/rural integrado à cidade/urbano: a) mudanças/descontinuidades e permanências/continuidades, considerando-se suas contradições e imbricações; b) a heterogeneidade (tempos e territórios ou as múltiplas formas, faces e conteúdos da produção agropecuária de subsistência e mercantil, da produção industrial e das atividades financeiras, e, dos processos políticos e culturais); c) os processos históricos e multiescalares, como um único movimento, e, d) componentes da natureza exterior ao homem, influenciando e sendo influenciados na dinâmica territorial.

Considerações Finais

É esta dinâmica territorial, constituída por forças econômicas, políticas e culturais, pela exclusão de muitas pessoas, pela concentração de terra e de riqueza, enfim, pela dominação social, que impõe alguns limites e dificuldades à atuação em projetos alternativos de desenvolvimento no espaço agrário, voltados aos produtores agropecuários familiares. Alguns limites que precisam ser superados são os seguintes:

- i) a dominação da lógica do capital ligada ao Estado, que faz dos agricultores familiares, homens sujeitados (e mulheres, crianças, jovens, pessoas mais experientes). Há *inclusão* com *subordinação* econômica e política e *exploração* do agricultor e sua família, que trabalha arduamente todos os dias, com sol ou chuva, com frio ou calor;
- ii) o mecanismo de preços praticado no mercado, que determina baixos preços aos produtos agrícolas e artesanais e altos preços aos produtos industrializados (insumos, máquinas e instrumentos de trabalho);
- iii) a exclusão territorial (e social) e concomitante migração para cidades, dinamizada pela classe dominante;
- iv) a falta e/ou carência de pessoas qualificadas no espaço agrário, tanto no que se refere ao estudo de unidades produtivas como na elaboração de propostas de desenvolvimento que sejam includentes com conquistas sociais (saúde, alimentação saudável, habitação, lazer, educação...);
- v) a falta ou deficiência de políticas públicas específicas para a agricultura familiar (incentivos, subsídios...), e, as fortes tramas de dominação política;
- vi) pouca regularidade e qualidade da produção agropecuária familiar, especialmente, a ecológica; é claro que existem experiências importantes, que têm gerado conquistas sociais significativas, mas é necessário ampliar o número e a qualidade destas experiências significativamente.

Todos estes limites, e outros, estão interligados e são inerentes ao próprio processo de expansão do Modo Capitalista de Produção, não como o *mal*, mas como um movimento contraditório e desigual, gerando atividades multiformes e interligadas, a integração e a subordinação, enfim, tramas territoriais. Ao mesmo tempo em que promove a re-produção de atividades agropecuárias familiares, agiliza a subordinação e a exploração, ampliando-se cada vez mais forte, pois os agentes do capital se apropriam de parte da riqueza gerada na prática agrícola e pecuária familiar, através da ciranda mercantil. Simultaneamente, o Modo Capitalista de Produção territorializa e des-territorializa, promove o enraizamento e a fluidez, o movimento, no espaço geográfico. Desta forma, influencia de diferentes maneiras em nossa vida cotidiana, aprisionando ou liberando, facilitando ou dificultando, de acordo com seus interesses de re-produção

sempre ampliada. Porém, nós somos sujeitos com potencial de organização e com muita força política.

Nesse sentido, sugerimos alguns procedimentos e investimentos que são fundamentais para a concretização de alternativas de desenvolvimento territorial, a partir, evidentemente, dos limites que descrevemos anteriormente: a) valorização dos recursos territoriais (econômicos, políticos, culturais e naturais) locais. É importante que se valorize as potencialidades de cada lugar nos projetos e, que os agentes sociais sejam envolvidos, de fato, como sujeitos não sujeitados; b) definição de políticas públicas voltadas à produção familiar, com fortes investimentos. Estou pensando numa espécie de Estado *máximo*, com investimentos maciços também na educação, na saúde, no lazer, etc.; c) educação/formação pública com qualidade (na escola e fora dela!), sem esquecer que há um território *na* escola e um território *da* escola, que pode ser potencializado na construção social de projetos de desenvolvimento; d) amenização da subordinação e exploração, em que o produtor familiar possa dominar minimamente a produção, o transporte e a venda/consumo de sua produção. Há que se considerar a idéia do *território-rede*, tentando controlar o processo produtivo, diminuindo custos de produção, eliminando a intermediação e garantindo um bom mercado consumidor, local e extra-local; e) mais organização e qualificação política. É fundamental que se invista na formação de lideranças, de agentes dinamizadores, mediadores do processo de luta por melhores condições de vida, por dignidade, por respeito, etc.

Evidentemente, existem outras atividades, tarefas, ações, que precisamos fazer para melhorar as condições de vida, no espaço agrário e no urbano. O primeiro passo, fundamental, pode ser o estudo de unidades de produção e vida familiar. O segundo, a constituição de espaços de debates, definindo as prioridades para as ações. O caráter participativo é indispensável para garantir o envolvimento mínimo dos agentes sociais de cada projeto. A partir daí, as palavras *luta* e *trabalho* serão centrais, na tentativa de se construir novos elementos societários e territoriais, que busquem pelo menos amenizar a subordinação e a exploração na roça e na cidade.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. **Transformações na vida camponesa: o sudoeste paranaense**. São Paulo, 1981. Dissertação (mestrado em Ciências Sociais) – Universidade São Paulo, São Paulo, 1981.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: HUCITEC/ANPOCS; Campinas: UNICAMP, 1992.

BAGNASCO, Arnaldo. **Tre Italie. La problematica territoriale dello sviluppo italiano**. Bologna: Il Mulino, 1977.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

CHAYANOV, Alexander. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

COPPOLA, Pasquale. Rappresentare e reggere: le regioni negate. In: DEMATTEIS, G.; FERLAINO, F. **Il mondo e I luoghi: geografie delle identità e del cambiamento**. Torino: IRES, 2003. p. 77-84.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O anti-édipo**. Capitalismo e esquizofrenia. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1976/1972.

DEMATTEIS, Giuseppe. L'organizzazione del territorio nelle utopie sociali di T. Moro, T. Campanella, F. Bacone, **Revista Geografica Italiana**, Roma, LXX, p. 395-442, 1963.

DEMATTEIS, Giuseppe. **Le metafore della terra**. La geografia umana tra mito e scienza. Milano: Feltrinelli, 1985.

GOTTMANN, Jean. **La politique des Etats et leur géographie**. Paris: Colin, 1952.

GOTTMANN, Jean. **The significance of territory**. Charlottesville: University Press of Virginia, 1973.

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste**. Niterói: EdUFF, 1997.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**. Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.

LENIN, Vladimir. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. O processo de formação do mercado interno para a grande indústria. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. São Paulo: HUCITEC, 1990.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1990a.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã (Feuerbach)**. São Paulo: HUCITEC, 1991.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **La concezione materialistica della storia**. Roma: Editori Riuniti, 1998.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: HUCITEC/Polis, 1998/1952.

OLIVEIRA, Ariovaldo. **Agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

OLIVEIRA, Ariovaldo. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, Ana Fani A. (Org.). **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: Contexto, 2001. p.63-110.

PARLAGRECO, Carlo. **Dizionario portoghese-italiano; italiano-portoghese**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993/1980.

RAFFESTIN, C.; GUICHONNET, P. **Géographie des frontières**. Paris: Universitaires de France, 1974.

RATZEL, Friedrich. Geografia do homem (Antropogeografia). In: MORAES, Antonio Carlos. **Ratzel**. São Paulo: Ática, 1990. p. 32-107.

RATZEL, Friedrich. As leis do crescimento espacial dos estados. In: MORAES, Antonio Carlos. **Ratzel**. São Paulo: Ática, 1990a. p. 175-192.

ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o RS**. Porto Alegre: Globo, 1969. (v.1 e 2).

SACK, Robert. **Human territoriality: its theory and history**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SAQUET, Marcos. Agricultura familiar: elementos teóricos de abordagem. **Revista Faz Ciência**, Francisco Beltrão, v.1, n.1, p. 90-98, 1997.

SAQUET, Marcos. **Colonização italiana e agricultura familiar**. Porto Alegre: EST Edições, 2002.

SAQUET, Marcos. **Os tempos e os territórios da colonização italiana**. Porto Alegre: EST Edições, 2003.

SAQUET, Marcos. O território: diferentes interpretações na literatura italiana. In: SAQUET, Marcos; SPOSITO, Eliseu; RIBAS, Alexandre. **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão/PR: UNIOESTE, 2004. p.121-147.

SHANIN, Theodor. **Chayanov e a questão do campesinato**. Porto Alegre: PGRS/UFRGS, 1989 (mimeo).

VAGAGGINI, V.; DEMATTEIS, G. **I metodi analitici della geografia**. Firenze: La Nuova Italia, 1975.

VALVERDE, Orlando. Excursão à região colonial antiga do Rio Grande do Sul. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, n. 4, p. 477-529, 1948.

WAIBEL, Léo. As zonas pioneiras do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, n. 4, p. 389-422, 1955.

WAIBEL, Léo. Princípios da colonização européia no Sul do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 50, n. especial, T. 1, p. 201-266, 1988/1949.